



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

5 de maio de 2020

Ata da Centésima Septuagésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia cinco do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e da Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderéz Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estava ausente o Senhor Deputado Jair Farias. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 26/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 10, de 27 de abril de 2020, que “altera a Lei número 1.197, de 13 de dezembro de 2000, que reestrutura o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – Bndes, e adota outras providências”; Mensagem número 27/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 11, de 27 de abril de 2020, que “institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – Fundes, e adota outras providências”; Mensagem número 28/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 2/2020, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., e adota outras providências”; Mensagem número 29/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 3/2020, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., e adota outras providências”; Projeto de Lei número 74/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre as vagas nos colégios da Polícia Militar do Estado do Tocantins – COM-To, e dá outras providências”; Projeto de Lei



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

número 75/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos Instituto Paulo Ricardo – IPR”; Projeto de Lei número 77/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta de benefícios e garantias aos trabalhadores, colaboradores e parceiros das empresas de serviços de entrega e mobilidade por meio de aplicativos digitais”; Projeto de Lei número 81/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a “Semana de Enfermagem”, que passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 84/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “cria a Política de Incentivo e Educação Tecnológica para a Terceira Idade, denominada “Terceira Digital”, no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 105/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a obrigatoriedade para uso de instrumentos termográficos em órgãos públicos e privados do Estado do Tocantins para aferição de temperatura corporal”; Requerimento número 749/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, solicitando a retirada da tramitação do Projeto de Lei número 66, de 14 de abril de 2020, que “dispõe sobre a redução proporcional das



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

mensalidades da rede privada de ensino durante o período de pandemia do novo coronavírus”; e Ofícios oriundo da Prefeitura Municipal de Tabocão, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do estado de calamidade pública”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 802 a 816. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 802, 803 e 818, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres. No horário destinado às Comunicações, usam a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Professor Júnior Geo. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 4/2019, de autoria do Ministério Público Estadual do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 294/2019, o qual votado, nominalmente, foi aprovado com quinze votos sim, perfazendo um total de quinze votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 421/2019, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “dispõe sobre a nulidade de nomeação ou contratação, para determinados cargos e



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

empregos públicos, de pessoa condenada por crime sexual contra criança, ou adolescentes”, que deu origem ao Processo número 512/2019; 160/2019, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado e co-autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “dispõe sobre o aproveitamento da energia solar com a instalação de painéis fotovoltaicos para diminuição de gastos públicos e maior sustentabilidade junto às escolas da rede pública e aos prédios públicos de propriedade do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 167/2019; 376/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta de instrumentos para a verificação de rótulos de produtos comercializados nos supermercados, hipermercados e congêneres no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 458/2019; 78/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “altera a Lei número 3.385, de 27 de julho de 2018, que dispõe sobre a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 113/2018; 429/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “denomina de Dioclides Jardim de Oliveira a rodovia TO-431 até a comunidade da Beira do Rio no Município de Guaraí, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 530/2019; 338/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco,



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

que “declara de Utilidade Pública a Associação Agroturística da Região dos Pilões e Ilha da Ema, do município de Miracema do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 413/2019; 228/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres e Co-autoria dos Senhores Deputados Gleydson Nato e Issam Saado, que “dispõe sobre a inclusão de dados nos documentos de identificação emitidos pelos órgãos e entidades do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 306/2019, Apensados números 444 e 479/2019; 310/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito estadual, de avisos com o número do Centro de Valorização da Vida (disque 188)”, que deu origem ao Processo número 392/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 763, 765, 768, 769, 760, 761, 762, 764, 766, 767, 311, 678, 310, 334, 549, 385, 386, 387, 744, 336, 591, 727, 741, 742, 745, 746, 747, 752, 757, 758, 320, 423, 425, 426, 434, 435, 436, 437, 613, 614, 615, 616, 618, 636, 638, 381, 726, 728, 734, 736, 759, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 359, 362, 367, 337, 314, 318, 668, 674, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 575, 579 e 323, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação, o Requerimento que recebeu o número 817, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder de Governo, que “requer a dispensa de interstícios ou formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, para convocação de Sessões Extraordinárias, nos termos do art. 80, para discussão e votação dos Processos números 113/2018, 167/2019, 294/2019, 306/2019, 392/2019, 413/2019, 458/2019, 512/2019 e 530/2019, o qual, votado, foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e um minuto, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário